

## Reflexões sobre o método etnográfico-discursivo e a mídia institucional pública

Rosane Queiroz Galvão (UnB)  
Janaína de Aquino Ferraz (UnB)

### Introdução

A breve chamada do jornal televisivo institucional dura pouco mais de 1 minuto. Na imagem, após a vinheta de abertura do programa, a apresentadora adentra o estúdio caminhando, com roupa azul-escura, sóbria. De pé, inicia a apresentação: “Olá, eu sou (...) e começa agora a Revista da Câmara e as notícias que foram destaque da semana”. Por detrás do estúdio, outros jornalistas se dedicam a trabalhar em seus computadores, sentados, alheios ao que acontece no primeiro plano. Ainda de pé, mas agora mostrada em *close*, a âncora do jornal anuncia o principal assunto do dia: “Protestos de caminhoneiros provocam desabastecimento e altas nos preços dos combustíveis por todo o país; Câmara aprova isenção tributária para óleo *diesel* até o fim do ano”. É possível notar, de forma inequívoca, padrões da linguagem jornalística empregada por TVs comerciais tradicionais, inclusive quando a apresentadora entoa bordão bastante característico: “*E você vai ver também...*”<sup>5</sup>, enquanto se seguem imagens do Plenário da Casa e de outros ambientes institucionais, de parlamentares ao microfone, e cenas corriqueiras do cotidiano dos cidadãos na cidade e no campo.

O título deste texto antecipa sua natureza e principal objetivo: intenta-se apresentar reflexões acerca dos desafios advindos da construção do *iter* (caminho) metodológico com base no método etnográfico-discursivo proposto por Maria Izabel Magalhães (MAGALHÃES, 2000, 2008; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017), para a análise linguístico-semiótica de discursos da comunicação pública materializados em textos da mídia estatal, mormente da Câmara dos Deputados do Brasil.

Não apresentamos, portanto, análise discursiva crítica ou mesmo semiótica crítica exaustiva do objeto de pesquisa — o vídeo de abertura do programa jornalístico da TV Câmara narrado acima — para entendimento de fenômeno sociolinguístico que parece ser a aproximação da linguagem e do formato das mídias estatais aos das mídias comerciais. Não se perseguirá, a menos tangencialmente, este objetivo. O que pretendemos nestas linhas é tão somente mostrar a complexidade da construção de um quadro metodológico coerente e válido para esta pesquisa etnográfico-discursiva, o que poderá de alguma forma colaborar para futuros aportes metodológicos em ADC.

Para a consecução desse propósito, buscamos responder a dois questionamentos:

i - como métodos da pesquisa etnográfica se coadunam com os da Análise de Discurso Crítica na análise textualmente

5. Link do programa *Jornal da Globo*, da TV Globo de Televisão, em que se emprega o bordão “*E você vai ver também...*”: <<https://www.youtube.com/watch?v=HLPVZnIx4uk>>. Acesso em 1º jul. 2018.

orientada de discursos institucionais da mídia estatal?

ii - sendo entidade, e não indivíduo ou grupo, de que modo o ator social “instituição” (entidade abstrata) figura na pesquisa transdisciplinar etnográfico-discursiva, em termos de representação e construção identitária?

Prestam esteio metodológico e epistemológico ao estudo, primordialmente, Magalhães (2000, 2004), Magalhães et al (2017), Fairclough (2001, 2003, 2010), Chouliaraki e Fairclough (1999), Heath e Street (2008), Denzin e Lincoln (2006), Gherardi (2012) e Sant’Anna (2008). Citamos ainda o aporte de Kress e Leeuwen (1996) no que tange à multimodalidade, considerando a importância das diferentes modalidades envolvidas na construção dos sentidos em mídia, entre outros autores que vêm ao auxílio do trabalho, complementarmente.

Partimos do assentimento de que a etnografia é abordagem metodológica adequada para o estudo da prática social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) e de que, portanto, há uma relação complementar entre pesquisa etnográfica e Análise de Discurso Crítica (ADC) que pode resultar profícua para o descortino das ideologias imbricadas em práticas sociais e discursivas. Segundo Magalhães (apud MAGALHÃES et al, 2017, p. 30-32), o antropólogo Geertz (1978, 1997) é “esclarecedor para quem estuda a prática social, como analistas do discurso, na medida em que joga luz sobre o registro etnográfico, a ‘inscrição da ação’, e sobre os participantes e suas identidades sociais”.

Para o empreendimento de análise de um tipo específico de discurso político, o da comunicação pública estatal, iniciamos estas reflexões mostrando os desafios advindos do empreendimento analítico. Em seguida, sinalizamos os pontos de intercessão entre métodos de pesquisa etnográfica, filiada à antropologia, e os propostos pela ADC, que se situa na tradição da pesquisa qualitativo-interpretativista (MAGALHÃES et al, 2017). Mostramos caminhos para a análise das práticas social, discursiva e textual, com base no método etnográfico-discursivo. Por fim, apresentamos, com fim ilustrativo, alguns excertos dos registros etnográficos e do plano de trabalho que formulamos.

Para este estudo, adotamos para a expressão “comunicação pública” a definição de Brandão (2012, p. 5): “fluxo de informativo que vai do Estado e do governo para o cidadão” ou “forma legítima de o governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas”.

Já o conceito de “instituição” ou “institucional” emprestamos de Heath e Street (2009), que diferenciam “organizações” de “instituições” e definem estas últimas como entidades que atendem a necessidades perenes da sociedade, geralmente ligadas a sistemas estatais e governamentais (HEATH; STREET, 2009)<sup>6</sup>. A Câmara dos Deputados e sua Secretaria de Comunicação enquadram-se, neste trabalho, como “instituições”.

6. Neste artigo, diferenciamos “instituições” de “organizações”, sendo estas especializadas em atender a necessidades mais efêmeras da sociedade e reguladas por sistemas governamentais, sem que exerçam qualquer função estatal (HEATH; STREET, 2008).

O foco da análise etnográfico-discursiva está, portanto, em um ator novel no cenário informativo brasileiro, a nova mídia institucional estatal, que figura entre aquelas a que Sant´Anna (2009, p. 2-3, grifos do autor) se refere como “mídia das fontes”:

Há um novo ator no cenário informativo brasileiro que nos obriga a adotar ótica diferenciada na análise do Jornalismo e da identidade dos jornalistas. [...] Setores da sociedade civil e do Poder Público trazem à esfera midiática um novo tipo de emissor de informações. [...] São mídias mantidas e administradas por atores sociais que, até então, se limitavam a desempenhar o papel de fontes de informações. E por isso as denominamos **MÍDIA DAS FONTES**. [...] são, em grande parte, verdadeiras organizações políticas [...] desempenhando o papel de atores políticos (OFFERLÉ, 1994 :47). Deter uma visibilidade pública é o objetivo desses grupos, uma vez que para interferir na esfera pública, neste período de pós-modernidade, é necessário estar inserido na *agenda midiática*.

### **Desafios para a construção do quadro metodológico**

As questões de pesquisa deste estudo derivaram de inquietações das pesquisadoras no concernente às possibilidades de escolha metodológica para a análise discursiva crítica deste seu principal objeto de estudo: precisamente, textos de mídia que são elaborados pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Câmara dos Deputados do Brasil, para distribuição em seus vários suportes, como rádio, televisão, jornal impresso, Internet.

Nesta seção, apresentamos o que chamamos de principais desafios encontrados para a abordagem do tema, cujo enfrentamento nos serviu de base para a construção do caminho metodológico, e mostramos em que base anuímos ao método etnográfico-discursivo.

O contato com trabalhos em ADC que recorrem à pesquisa de campo, método oriundo da tradição antropológica, suscitou-nos a possibilidade de emprego do método etnográfico-discursivo proposto e consolidado por Maria Izabel Magalhães em 2017, mas já explorado pela pesquisadora, pelo menos, desde 1988, quando enceta estudos etnográficos em hospitais públicos de Brasília, para entendimento da “constituição do sujeito no discurso médico” (MAGALHÃES, 2000).

Magalhães (2000, p. 48) argui que o estudo do discurso devidamente contextualizado se realiza de forma mais adequada com métodos etnográficos. Esse entendimento se vai alicerçando, e já em Magalhães et al se argumenta que “a etnografia parece ultrapassar a mera complementação, sendo desejável uma relação mais estreita” (MAGALHÃES et al, 2017, p. 153). Assim, mais do que fazer a defesa da articulação das abordagens metodológicas, os autores sustentam o método etnográfico-discursivo como exigência para estudos em ADC:

Pensamos que o discurso como prática social e cultural **exige** o contato regular por um determinado tempo com o local e o contexto pesquisado. É nesse sentido que defendemos a pesquisa etnográfica do discurso (MAGALHÃES et al, 2017, p. 10, grifo nosso).

O discurso, incluindo os aspectos semióticos ligados à imagem, é uma dimensão da prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MAGALHÃES, 2004). Isso significa que os textos — a materialidade linguística e semiótica das práticas sociais — precisam ser contextualizados nas práticas, o que **exige** um trabalho de campo (MAGALHÃES, 2006). (Ibidem, p. 95, grifo nosso).

Entendemos pertinente a defesa contundente de Magalhães et al (2017), tendo em vista a preocupação importante com a validade interna e externa das pesquisas de cunho qualitativo-interpretativo, predominantes em estudos baseados em teorias críticas, e a preocupação com o risco de análises discursivas perfunctórias ou generalizações insustentáveis (BLOOMAERT, 2005). Assim, Magalhães et al (2017, p. 98) advogam:

a complementaridade entre a ADC e a etnografia que defendemos aqui é uma forma de validação da pesquisa, que vai além da descrição e explicação textual, buscando uma interpretação do problema específico da prática social [...].

[...] o estudo do discurso na abordagem crítica **exige** um mergulho de quem pesquisa nas práticas socioculturais, e, portanto, no contexto social, mediante a análise descritiva, interpretativa e explanatória de dados obtidos por meio de observações, entrevistas, artefatos, relatos e diários de participantes [...] (Ibidem, p. 107).

Nesse sentido, métodos de coleta e geração de dados, por meio da imersão do/a pesquisador/a em práticas socioculturais específicas, chegam em benefício e expansão da Análise Discursiva Crítica. Ao tratar dos desafios da etnografia pós-moderna, Denzin (DENZIN; 1989 apud DENZIN; LINCOLN, 2003, p. 72) aduz que uma etnografia ampliada direciona o etnógrafo para “contextos macropolíticos, econômicos e históricos nos quais ocorrem os eventos diretamente observados”, contextos históricos em que emergem “questões fundamentais de comunicação e resistência”.

Contudo, para fugir ao risco da generalidade, Denzin (Ibidem) aconselha aos etnógrafos: “primeiro [...] mergulhem na vida dos sujeitos estudados e, após atingirem uma compreensão profunda desta, por meio de um esforço rigoroso, produzam uma reprodução e uma interpretação contextualizada das histórias por eles narradas”.

Reconhecendo como proveitosa para o estudo crítico da linguagem a imersão do/a pesquisador/a nas práticas socioculturais cotidianas que contextualizam o evento discursivo sob investigação<sup>7</sup> — e, portanto, aquiescendo com o entendimento de Magalhães (2017) —, decidimos pelo emprego do método.

7. Não se trata de considerar a prática sociocultural simplesmente como contexto no qual os fenômenos se materializam, o que seria uma equivocada e restrita perspectiva epifenomênica (GHERARI, 2009). Aquiescemos com o entendimento de que a prática não só constitui, mas também pode manter ou alterar os elementos da dimensão social da prática, inclusive relações de poder e ideologias.

A adoção do método etnográfico-discursivo para a análise de textos da mídia do poder público nos impôs dois primeiros desafios: a definição do campo em que se daria a pesquisa etnográfica e a definição dos participantes da pesquisa, tendo em vista que atores institucionais são entes abstratos, corporações, organizações, pessoas jurídicas, e não físicas.

Um terceiro desafio, também de caráter metodológico, adveio da constatação de que, em estudos discursivos críticos realizados com a colaboração da pesquisa etnográfica crítica, os próprios dados gerados e colhidos no trabalho de campo (notas de campo, diário de campo, respostas a questionários e a entrevistas semiestruturadas, narrativas, fotografias, filmagens) têm figurado como objeto da análise discursiva crítica (descritiva, interpretativa, explanatória). Assim vemos em Magalhães (2000), Dias (2007), Resende (2008), Cameron et al (1992).

Com efeito, Magalhães (2000, p. 14-15) analisa o discurso médico pediátrico em seus aspectos textuais e contextuais, apontando-lhes as assimetrias, os valores, as ideologias. Assim, investiga a prática discursiva médica “mediante a análise de textos e consultadas gravadas em hospitais públicos de Brasília” e procede à análise de “procedimentos interpretativos diferenciados que resultam em falhas interpretativas na consulta médica pediátrica”, com o fito de “apontar perspectivas de mudança na linguagem e na prática social médica”.

Dias (2007, p. 57) apresenta como *corpus* da pesquisa “textos orais e escritos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, relatos de parto, gravações de palestras e cursos” para investigar práticas discursivas conflitantes entre os atores envolvidos na prática obstétrica. Resende (2008), que empreende também análise documental, seleciona métodos de pesquisa de campo como observação participante, notas de campo, entrevistas focalizadas, e também grupos focais, transcrição de áudio e vídeo de reuniões, e dedica-se a análises discursivas dos dados gerados e coletados junto ao Movimento Nacional de Meninos de Rua no Distrito Federal. Cameron et al (1992) exploram questões ligadas a racismo e identidade étnica, relacionadas à linguagem usada por um grupo de jovens afro-caribenhos em Londres.

Os dados da pesquisa etnográfica, nesses estudos, apresentam-se como constitutivos do escopo da análise discursiva crítica, ou seja, os dados etnográficos são o próprio *corpus* analítico.

Ao discorrer acerca de questões da etnografia pós-moderna, Denzin (DENZIN; 1989, *apud* DENZIN; LINCOLN, 2003, p. 72) enfatiza a dimensão textual do relato etnográfico:

[...] a própria apresentação das informações etnográficas em uma monografia é um ‘texto’, estando, portanto, sujeito a todo um aparato crítico que a perspectiva pós-moderna traz para influenciar qualquer texto. [...] Uma etnografia, agora, é considerada sobretudo um trabalho escrito [...]. (DENZIN; LINCOLN, 2003, p. 71).

Também Geertz (1997, p. 14 apud MAGALHÃES et al, 2017, p. 97) fala do texto etnográfico como uma trajetória com diversos momentos textuais, “onde não esperamos encontrar progresso ao fim de uma estrada reta, onde se anda incansavelmente para frente, e sim através de caminhos sinuosos e improvisados [...]”

Enfim, o terceiro desafio da organização metodológica residia justamente nisto: dados gerados e obtidos por meio de instrumentos de coleta etnográfica, que se subsumem no relato etnográfico (texto etnográfico), compõem e subsidiam a análise discursiva crítica dos estudos linguístico-semióticos que recorrem a métodos etnográficos; contudo, pretendia-se central para este estudo a análise discursiva crítica de outro texto: o texto jornalístico da mídia institucional (o narrado no início destas reflexões).

O quarto desafio enfrentado para a construção do quadro metodológico foi a lida com a enorme quantidade de dados que foram gerados por meio da pesquisa etnográfica. Finalmente, o quinto e último desafio consistiu no exercício de triangulação metodológica, para um “operacionalismo múltiplo” com vistas à “validação convergente” (BERG, 2001).

Todos esses desafios relacionam-se essencialmente ao primeiro questionamento: como métodos da pesquisa etnográfica se coadunam com os da ADC na análise textualmente orientada de discursos institucionais da mídia estatal? Isso nos leva à seção seguinte.

### **Articulação metodológica da etnografia e da ADC para análise de práticas sociais**

Nesta seção, trazemos algumas considerações sobre as articulações entre métodos etnográficos e a ADC, visitando as bases do método etnográfico-discursivo, “processo reflexivo baseado em observações e registros escritos” (MAGALHÃES et al, 2017. p. 117).

Para Resende (2009), as escolhas metodológicas decorrem antes das perspectivas ontológicas e epistemológicas adotadas. Fairclough, que capitaneia a ADC anglo-saxã, cujas bases teóricas adotamos, ancora sua visão ontológica de mundo no Realismo Crítico de Bhaskar (1989) e no Materialismo Histórico-Geográfico de Harvey (1996) e aduz que a análise crítica focaliza duas relações dialéticas: a social, que relaciona estrutura social e eventos<sup>8</sup>; e a discursiva, que relaciona elementos semióticos a outros elementos (FAIRCLOUGH, 2010). Em nível intermediário de estruturação figuram as práticas sociais, “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

As práticas sociais, segundo essa perspectiva, compõem-se de atividade material; relações sociais; discurso e semiose; crenças, valores ideologias (CHOULIARAKI;

8. Resende se opõe a Fairclough no que diz respeito à natureza da relação entre prática social e eventos, entendendo que se trata de uma relação transformacional.

FAICLOUGH, 1999, p. 6), sendo tais elementos irreduzíveis a um. Estabelece-se o discurso, portanto, como um momento da prática social.

Ao adotar a prática como unidade central de análise dos fenômenos sociais, por sua vez, Silvia Gherardi (2012) aduz que implicações epistemológicas e metodológicas são inseparáveis, pois indissociável o modo como se compreendem e estudam as organizações<sup>9</sup> (as quais toma como objeto de estudo). Assim, para Estudos Baseados em Prática (EBP), assume como posicionamento epistemológico fulcral a epistemologia relacional (social e material estão inextricavelmente relacionados) e enfatiza a sociomaterialidade, o que implica compreender que social e material se constituem mutuamente (GHERARDI, 2012, p. 79).

Gherardi (2012) elabora o que chama de epistemologia da prática com base em teorias da prática (Ira Cohen, 1996), que localizam a fonte de padrões significativos em como a prática é executada, realizada, produzida. Assim, o foco não se dirige ao ator e suas intencionalidades, tampouco ao objeto, mas às relações processuais e à contínua interação entre ambos.

A prioridade ontológica a “humanos, não humanos e práticas discursivas” conduz a modelo ecológico que distribui a agência entre humanos e não humanos. A construção teórica de Gherardi (2012, p. 83) leva a autora a propor uma “*ethonografy on non humans*” ou etnografia dos objetos, por meio da qual se pode inquirir a relação entre a materialidade e o mundo social.

Observar os não-humanos requer, portanto, que tracemos as conexões entre diferentes cursos de ação e que determinemos como as ações e os sujeitos se definem mutuamente nas relações. Nesse sentido, espreitar os não-humanos requer que o etnógrafo seja capaz de orientar suas observações para as associações materiais que ‘performam’ as relações, e provavelmente também para conceber novas formas narrativas capazes de tornar essa performance ‘significativa’<sup>10</sup> (Ibidem, p. 86, tradução nossa).

É preciso dizer que as lições de Gherardi ampliaram consideravelmente a visão desta pesquisa quanto às possibilidades e potencialidades da pesquisa etnográfica, tornando ainda mais rico e relevante o trabalho de campo. À parte o posicionamento ontológico e epistemológico de Gherardi, em muito nos importou sua defesa de que os EBP se adonam de uma diversidade de processos que se fulcram no agir e no fazer, focalizando as práticas cotidianas no local de trabalho, no ambiente organizacional (FELDMAN & ORLIKOWSKI, 2011), como práticas situadas. Facilitaram também a percepção da lacuna entre o que se prescreve como regra organizacional e o que de fato se faz, como se as interpreta, como se as aprende e aplica em diversas situações laborais.

9. Gherardi utiliza o termo “organizações” de forma genérica, referindo-se a corporações em geral.

10. Observing non-humans therefore requires one to plot the connections among different courses of action, and to determinate how actions and subjects define each other in relations. From this point of view, shadowing non-humans requires the ethnographer to be able to orient his/her observations to the material associations that “perform” relations, and probably also to devise new narrative forms able to make that performance “accountable”.

Gherardi (2012, p. 1) diz pretender aguçar no/a pesquisador/a uma “sensibilidade metodológica”, e o faz mostrando diversos estudos baseados em práticas que fazem uso extensivo de métodos etnográficos voltados à compreensão das relações sociomateriais no local de trabalho. Nestes, utilizam-se técnicas inovadoras como sombreamento, estudo de caso em espiral, mas também entrevista e observação participante.

O contato com outras pesquisas, como as de Gherardi, coaduna-se com o recomendado por Magalhães et al (2017, p. 118) para a consecução do método etnográfico-discursivo:

Nos momentos da coleta e da geração de dados, procuramos ter em mente esse conhecimento teórico-conceitual. [...] A comparação com outros trabalhos é fundamental para que se possa tomar decisões a respeito da adequação de teorias ou explicações para os dados da pesquisa.

No momento de comparação com outros trabalhos, sugerem que sejam descritas informações contextuais estatísticas, tais as sugeridas por Heath e Street (2008, p. 65 apud MAGALHÃES et al, 119): idade, gênero, experiências prévias e status atual de membros do grupo participante; em relação ao espaço físico, à população e à distribuição em termos de idade, papel, gênero social e outros indicadores, além de recursos locais; termos de uso local que contribuem para a identidade do grupo; meios de acesso e mobilidade física.

Com efeito, sob a perspectiva metodológica, a irmandade entre ADC e etnografia parece incontestada, tendo em vista que também a etnografia — esta, oriunda da antropologia — é método de pesquisa inerentemente interpretativo, subjetivo e parcial (HEATH; STREET, 2008, p. 45), uma iniciativa de desenvolvimento de teorias, construída por meio de observações sistemáticas, detalhadas, gravações e análises de comportamento humano em determinados espaços e interações (Ibidem, 2008). Nesse mesmo sentido, a pesquisa qualitativa, no dizer de Denzin e Lincoln (2006, p. 72),

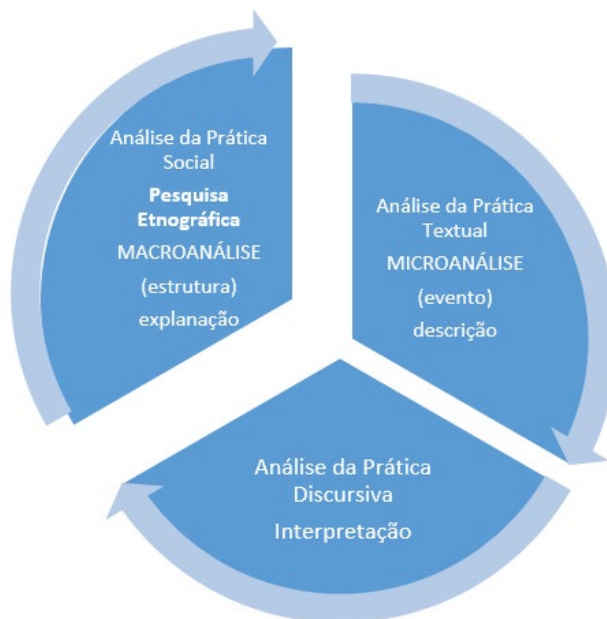
envolve o uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos — estudo de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida [...] — que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos [...] pode envolver uma série de práticas, como gravações, entrevistas, notas de campo, lembretes, etc. Tais representações envolvem uma abordagem naturalista e interpretativa do mundo.

Para a ADC inglesa (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 apud MAGALHÃES et al, 2017), o discurso, que se compõe também de aspectos semióticos afeitos à imagem, é dimensão da prática social. Como os textos são a materialidade linguística e semiótica das práticas sociais, torna-se relevante sua contextualização e, por conseguinte, a pesquisa etnográfica.



Dessa forma, o trabalho de campo, no método etnográfico-discursivo, colabora com o entendimento das práticas sociais afeitas ao evento sociodiscursivo. Considerando as dimensões dialéticas do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que norteiam a macroanálise (contextual), a análise intermediária (discursiva) e a microanálise (textual, composicional), voltadas à explanação, interpretação e descrição textual, respectivamente, o quadro abaixo busca localizar a pesquisa etnográfica no quadro analítico.

Figura 1 – Localização da pesquisa etnográfica na dialética da Análise Discursiva Crítica.



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Fairclough (2001) e Magalhães et al (2017).

Assim, a produção e coleta de dados etnográficos integra-se ao esforço da análise explanatória. Abaixo, as dimensões da prática social elencados por Magalhães (MAGALHÃES et al, 2017, p. 115), das quais destacamos aquelas que entendemos privilegiadas (não exclusivas, mas privilegiadas) pelo trabalho de campo da pesquisa etnográfica, que constitui método indutivo-interpretativo:

Figura 2 - Dimensões da prática social privilegiadas pelo trabalho de campo.

DIMENSÕES DA PRÁTICA SOCIAL (MAGALHÃES et al, 2017, p. 115)	
- Tempo, lugar	
- Participantes, relações sociais	} dimensões privilegiadas pelo trabalho de campo (método indutivo-interpretativo)
- Atividades	
- Recursos, materiais, instrumentos	
- Desejos, crenças, valores	
- Poder	
Gênero, discurso, estilo*	

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Magalhães et al (2017, p. 115).

Tendo em vista que, no método etnográfico-discursivo, o trabalho empírico de coleta e geração de dados integra-se à análise da prática social, com vistas à contextualização do evento, julgamos produtivo (ou talvez necessário, para a efetiva integração dos campos da etnografia e da ADC) o cotejo desses dados — os textos etnográficos, como notas de campo, relatos, diários de pesquisa — com as perspectivas do contexto, elencadas em Magalhães et al (2017, p. 133):

a) participantes e posição social - visualização de “esquemas de poder, as hierarquias sociais, os valores associados a aspectos como gênero, classe social, nível de instrução, raça/etnia, prestígio social”, etc.;

b) grupos e instituição e os mecanismos de controle - observação de controle de voz e iniciativa, perfis dos atores, influências de fora sobre a instituição ou o grupo, pressões internas.

c) momento histórico e dinâmica - observação de mudanças culturais, tecnológicas, de procedimentos, etc.

d) relação com a sociedade abrangente e mecanismos de reprodução - observação dos modos como a instituição se comunica e relaciona com outras que lhe são afeitas ou dão suporte, como se influenciam, como a instituição de mantém socialmente, como se dialoga com a sociedade.

Destarte, o emprego do método etnográfico-discursivo permite que se vá respondendo ao segundo questionamento trazido neste artigo: sendo entidade, e não indivíduo ou grupo, de que modo o ator social “instituição” (entidade abstrata) figura na pesquisa transdisciplinar etnográfico-discursiva, em termos de representação e construção identitária?

Entendemos que a instituição se vai configurando por meio da inquirição dos membros participantes e de suas posições sociais, dos grupos e mecanismos de controle, da observação minuciosa das dinâmicas de trabalho, das condições de produção dos textos, mas também da análise do momento situacional e histórico, e, ainda, do relacionamento com outras instituições e dos jogos de poder e influência. Por fim, deve-se investigar também o modo como a instituição se mantém e como interage ou conversa com os cidadãos.

### **Prática discursiva e textual no método etnográfico-discursivo**

Trazemos, nesta seção, considerações sobre a análise das práticas discursiva e textual, como passos subsequentes, percorridos pelo método etnográfico-discursivo. Porquanto dialética, a análise discursiva crítica busca compreender o discurso em todas as suas dimensões e se realiza no tempo, segue um caminho, cujos passos perpassam também as práticas discursiva e textual. Para Magalhães et al (2017, p. 139), “as práticas discursivas envolvem uma diversidade de elementos: os textos e seus tipos, os gêneros discursivos, os níveis da

linguagem, as escolhas lexicais, as figuras de linguagem, etc.” Magalhães et al (Ibidem, p. 119) chamam atenção para a relevância de se considerar, na pesquisa etnográfico-discursiva, as “mudanças nas cadeias de gênero”.

Neste ponto, voltamos ao nosso objeto de análise crítica, o vídeo jornalístico da TV Câmara. No esforço de delineamento do gênero discursivo do texto midiático, elementos da prática discursiva exsurtem. Trata-se de texto midiático, produzido pela Secom parlamentar, mas, porquanto produzido por órgão público, insere-se também em formações discursivas que abarcam textos estatais, institucionais, organizacionais ou corporativos (SANT’ANNA, 2010). Caracteriza-se, portanto, conforme o gênero discursivo, em texto midiático institucional estatal (GALVÃO, 2015), mas se configura também como discurso político, *lato sensu*, pois produzido pelo departamento de comunicação institucional de uma das Casas políticas do Parlamento brasileiro.

No concernente à prática textual, nota-se presente no excerto televisivo uma multiplicidade de recursos semióticos verbais e imagéticos, a caracterizar um texto multimodal, composto por gama considerável de recursos dos modos audiovisual e escrito. O *corpus* suscita análise gramatical que considera o princípio de integração dos recursos semióticos (KRESS; LEUWEN, 1996). Considera-se, ainda, a distribuição da mídia em suporte digital, no qual o texto é entextualizado<sup>11</sup>, distribuído em *frames* (enquadramentos, *clusters*), comentado, emparelhado a outros textos e *hiperlinks* (FERRAZ, 2011).

### O trabalho de campo e as notas divisórias

Dedicamos esta seção à apresentação sintética do trabalho de campo realizado. Por entendermos que o que se produz pela “mídia das fontes” resulta, em última instância e objetivamente, do trabalho dos diretores, coordenadores, servidores, funcionários que atuam nas secretarias de comunicação dos órgãos públicos, responsáveis pela produção e difusão do conteúdo, definimos como sendo estes os participantes observados da pesquisa etnográfica, sendo os departamentos onde trabalham o *locus* do trabalho de campo.

Fairclough (2006) discorre acerca do aspecto ritualizado, institucionalizado e habitual das práticas sociais, relativamente estabilizadas, ligadas a determinadas instituições e organizações. Nesse sentido, Sant’Anna (2008, p. 2) alerta:

o profissional de imprensa se vê num novo território profissional onde transitam rotinas, valores e paradigmas específicos da imprensa tradicional com os da comunicação institucional. A imprensa perde o seu monopólio informativo e a sociedade se vê

11. Processo em que os discursos são “sucessiva ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados” (BLOMMAERT, 2005, p. 47).

consumindo informações produzidas e veiculadas pelos próprios atores do fato, ou seja, a fonte.

Assim, durante dois meses (jun./ jul. 2018), foram feitas visitas a departamentos dedicados aos serviços de comunicação social de Casa do Poder Legislativo e também à Empresa Brasileira de Comunicação — EBC, além de estação de rádio privada, nas quais se realizaram entrevistas semiestruturadas e informais com cinco profissionais (servidores, jornalistas, radialistas) de ambos os setores, público e privado, tendo sido adotada a técnica de observação participante (observação de campo). Houve participação no Seminário Internacional TV Câmara 20 Anos - Transparência e Comunicação<sup>12</sup>, com profissionais da Europa e da América Latina. Foram produzidos os seguintes documentos (SANJEK, 1990): notas gerais (notas de campo, esquemas, vinhetas; e relatos do campo) e notas divisórias (por assunto).

Há que se ressaltar, nesta pesquisa complexa, o papel crucial das notas divisórias para a organização do estudo, tendo em vista a quantidade enorme de documentos colhidos e gerados no trabalho de campo, compondo mais de uma centena de páginas só de notas de campo e vinhetas narrativas (MATTOS, 2011).

Ilustrativamente, apenas para auxílio destas reflexões, apresentamos o quadro seguinte, que mostra, de forma mui resumida, alguns dos dados organizados em notas divisórias, por meio das quais delimitamos os seguintes assuntos: questões estruturais; linguagem, representação e identidade; suportes e interação sociomaterial; desafios.

12. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jkfg30dbYPM>>. Acesso em 10 jun. 2018.

## Quadro 1 - Notas divisórias da pesquisa etnográfica, no estudo de texto da mídia institucional

<p><b>Questões estruturais</b></p>	<p>Caso da Secom do Senado Federal: 5 diretores em 1 ano (mudanças de modelo).</p> <p>Na Câmara, em 2015, pela primeira vez um Deputado foi alçado ao cargo de Secretário de Comunicação; criação de Secretarias; barganha política; custo.</p> <p>Caso BBC (Reino Unido e Parlamento Europeu): apenas 15 funcionários; não há preocupação com a própria existência.</p> <p>Brasil. Custo/Crise. Preocupação com o custo e a própria existência. Insegurança. Justificativas: (“democracia tem custo”; “transparência”; “fonte fidedigna de notícias; <i>fake news</i> e oficialidade/confiabilidade da fonte; mídia das fontes); “deveria ser cobrada taxa da mídia privada, já que usufrui de produtos da mídia legislativa”); Abordagem de temas pelos quais a mídia comercial não se interessa.</p> <p>Direitos Humanos (críticas: tentação autoritária, monitoramento de conteúdo, atentado à liberdade de expressão, censura à mídia no Brasil).</p> <p>Quanto mais fragilizado o vínculo empregatício, menos independência o profissional se coloca (não compra brigas; autoimagem).</p> <p>Terceirizados. “Interferência política é vírus.” Limitações e constrangimentos.</p> <p>Pressão interna: parlamentar queria fazer programa de <i>rock</i> ou de culto religioso. “Não se cobre atividade de partido ou parlamentar, só institucional”.</p> <p>Transmissões ao vivo <i>versus</i> programas jornalísticos; IBOPE (<i>feedback</i>); custo por mês. Modelo antigo da gráfica do Senado; novo uso do modelo da máquina.</p> <p>México tem uma TV apenas, para as duas casas legislativas.</p>
<p><b>Linguagem, representação e identidade</b></p>	<p>“Os Parlamentares às vezes nos tratam como se fôssemos da imprensa comercial.”</p> <p>BBC e abordagem conservadora sobre como tuítam e postam. Expectativa de que sejam corretos e diretos. Pensam em marca e em reputação.</p> <p>Época bem recente no Parlamento brasileiro: cortes de textos, censura; medo, revolta. “Ficava, nos estúdios da rádio, uma pessoa da presidência”.</p> <p>Termos técnicos, comentários, legendas. Tratamento da informação para combater falta de interesse, apatia, tempo, deficiência cognitiva. Tornar tema salgado em adocicado.</p> <p>Fusão de destinatários do discurso (público interno e externo). Olhar diretamente para a câmera. A invasão das câmeras mudou duração das sessões e comportamento dos parlamentares.</p> <p>Câmeras são proibidas no Parlamento francês.</p> <p>Porosidade. “O julgamento fica à cargo do cidadão”.</p> <p>Crise de pertencimento da comunicação pública.</p> <p>Encapsulamento do formato. Buzz Feed. Notícias prontas para replicar.</p> <p>Profissionais criam valores diferentes dos da imprensa tradicional, mesmo da que cobre o parlamento.</p>

<p><b>Suportes e interação sociomaterial</b></p>	<p>Rádio AM para FM. “Em São Luís, no início do Século, ouvia-se mais rádio da Jamaica do que de SP ou Rio”. Ouvia-se <i>reggae</i>.          Consequências das transmissões ao vivo: não respeito à grade de programação; impacto na audiência (diferente dos hábitos dos telespectadores); programação compartilhada (deputado e equipe de TV); mistura e sobreposição de papéis. Deputados se articulam com programação (horários estratégicos, temas de maior interesse da população; alongar as sessões, sugestão de programas). Deputado define oportunidade e condições de observação (é observado, mas influi). Exemplo: parlamentar comendo marmita no plenário ou com blusas apologeticas.          Imagens construídas (não se focalizam comportamentos desairosos, plenário vazio, galerias em fúria, reações ruins).          Estrutura definida nas comissões (linguagem, enquadramento, corte, regras de cobertura).          Luta da BBC para que não se filmasse o plenário de cima, mas no mesmo nível do rosto dos congressistas.          Na França, não entram câmeras no congresso.          “Patrulha”, por parte dos Parlamentares, nas comissões do Parlamento brasileiro: “Cadê as câmeras? Não está sendo filmado?!”</p>
<p><b>Desafios</b></p>	<p>Questão do plebiscito em tempo real (o cidadão vota antes do parlamentar).          Programação; mídias sociais (nó).          Sinal digital: 40 milhões de antenas parabólicas (regiões remotas do Brasil).          Risco de apagão digital (caso nos EUA, com 5 milhões de pessoas sem internet; e na França, atingindo 300 mil residências).          Dilema: como mostrar algo que vai impactar negativamente a imagem institucional?</p>

Percebe-se, da quantidade significativa de dados etnográficos coletados (ora mui perfunctoriamente apresentados, reiteramos), como o trabalho de campo possibilita ou, muito além, resulta numa expansão considerável da compreensão da prática social em que o evento social e discursivo se instancia. As condições de produção, distribuição e consumo do texto jornalístico em apreço insere-se num quadro complexo de mudança nas comunicações sociais públicas e privadas, de entranhamento de ambos os setores, de compartilhamento de formatos e suportes, num momento histórico de fragilidade e risco democrático no Brasil e no mundo, que é sentido no contexto mais ínfimo das situações cotidianas de trabalho, nos relacionamentos entre profissionais da área, servidores, parlamentares, cidadãos, mas também na relação entre os Poderes republicanos constituídos.

### Vencendo os desafios e consolidando o *iter* metodológico

Entendendo que “o foco da pesquisa qualitativa possui inerentemente uma multiplicidade de métodos” (FLICK, 1998, p. 229), a triangulação teórico-metodológica que propusemos compôs-se, por fim, dos arcabouços da etnografia, da ADC e da Gramática do *Design* Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996), com base geral no método etnográfico-discursivo (Magalhães et al, 2017). No método etnográfico-discursivo, as etapas representam caminhos, momentos, mas não implicam segmentação analítica, considerando a

relação dialética entre estrutura e evento, entre aspectos sociais e discursivos, entre o discurso e os outros elementos da prática social, conforme perspectiva ontológica adotada pela ADC, escola em que se assenta o método.

Foi assim, sem desconsiderar essa perspectiva, que pudemos formular uma proposta de plano de trabalho, que ora apresentamos apenas com intenção ilustrativa:

Quadro 2 – Proposta de plano de trabalho

<b>Etapas da pesquisa qualitativo-interpretativa e etnográfica</b>	<b>Aportes teórico-metodológicos privilegiados (primeiro plano) em cada etapa</b>	<b>Autores basilares</b>
<b>1ª etapa – planejamento / decisões preliminares</b>		
Reflexão acerca do embasamento teórico; definição das bases ontológicas e modelos epistemológicos a serem adotados; decisão acerca do modelo de ADC mais adequado ao projeto.	ADC	Magalhães et al, 2017 Chouliaraki; Fairclough, 1999 Fairclough, 2003
Contato com outros estudos; definição do posicionamento das pesquisadas perante o objeto de estudo; reflexão sobre o lugar de fala das pesquisadoras.	ADC	Magalhães, 2004, 2008 Magalhães et al, 2017 Denzin; Lincoln, 2006 (2006) Heat, Street (2008)
Decisões metodológicas; escolha das técnicas de coleta e geração de dados; planejamento da pesquisa etnográfica (agendamentos, definição de datas, contatos preliminares com participantes; preparação de documentação, como autorizações, questionários, etc.).	ADC Etnografia	Magalhães et al (2017) Magalhães (2000, 2004) Denzin; Lincoln (2006) Heat; Street, 2008
<b>2ª etapa - trabalho de campo / produção dos documentos etnográficos</b>		
Realização de entrevistas semiestruturadas ou informais; elaboração de notas de campo, esquemas, vinhetas, etc.; observação participante.	Etnografia	Heat; Street, 2008
Organização dos dados; redação do relato etnográfico; Coleta de informações contextuais e estatísticas (idade, gênero social, experiências prévias e <i>status</i> atual de membros do grupo participante; sinalização de termos linguísticos de uso local que contribuem para a identidade do grupo; dados em relação ao espaço físico e à distribuição em termos de idade, papel, gênero social e outros indicadores).	Etnografia	Sanjek (1990) Magalhães et al (2017)
<b>3ª etapa - análise macro / cotejo dos textos etnográficos com o contexto social do evento</b>		
Participantes e a posição social, grupos e instituições e os mecanismos de controle, momento histórico e dinâmica social, relação com a sociedade abrangente e os mecanismos de reprodução. Condições de produção e distribuição do texto.	Etnografia ADC	Magalhães et al, 2017 Chouliaraki; Fairclough, 1999

<b>4ª etapa - análise semiótico-discursiva do texto central da pesquisa: texto jornalístico televisivo</b>		
Análise do gênero discursivo, da rede de gêneros, dos gêneros particulares e/ou híbridos; níveis de linguagem; escolhas lexicais; figuras de linguagem; padrões; modos de usar a linguagem.	ADC  Gramática do Design Visual	Magalhães et al, 2017 Chouliaraki; Fairclough, 1999
<b>5ª etapa - análise micro / análise gramatical do texto multimodal</b>		
Composição, cores, padrões de postura do apresentador, ritmo, volume, imitação de voz, clareza, nível coloquial/formal da linguagem.	Gramática do Design Visual	Kress; Leeuwen, 1996
<b>6ª etapa - reflexão sobre a pesquisa; reinterpretação</b>		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota-se que, numa etapa preliminar, buscamos selecionar métodos e estabelecer os procedimentos de pesquisa consequentes dessa escolha. Além disso, procuramos consultar trabalhos científicos afins. Já aqui se enceta o esforço analítico crítico, que prossegue em todos os passos seguintes. Numa segunda etapa, dedicamo-nos ao trabalho de campo propriamente dito, ensejo em que o método etnográfico sobressai, para coleta e produção de dados. Em seguida, para a análise contextual, explanatória, no âmbito da prática social, conjuminamos métodos da etnografia e da ADC, para expansão da compreensão do evento discursivo. Retornamos o olhar, então, para o evento discursivo propriamente dito, o texto multimodal, o *corpus*, para delimitação do gênero e categorias de análise que permitem o cotejo e a interpretação dos dados, do texto e do contexto. Neste ponto, a perspectiva teórica da ADC evidencia-se. Partimos, em seguida, para a microanálise, a descrição gramatical do texto multimodal, apoiada em método da Teoria Semiótica Social da Multimodalidade, que permitirá a compreensão dos significados composicionais do texto, do estilo, fazendo a relação com as demais dimensões analíticas. Finalmente, procedemos à análise crítica conclusiva, à reinterpretação, ao exame reflexivo.

### Considerações

Nestas reflexões, concluímos que os preceitos teóricos da Análise Discursiva Crítica esteiam, como um todo, o estudo que opta pelo emprego do método etnográfico-discursivo, e aqueles preceitos permanecem em toda a pesquisa, com sua base ontológica definida, bem assim os aportes epistemológicos próprios do campo. Contudo, estes permanecem subjacentes em determinado momento da pesquisa, deixando-se complementar pelo esforço etnográfico de coleta e geração de dados, empreendimento privilegiado no momento de perquirição da prática social.

E dessa forma a prática social é escrutinada pelo esforço etnográfico. A lente etnográfica focaliza a experiência



cotidiana dos membros da instituição, do seu ambiente de trabalho, dos artefatos, das tecnologias, das experiências de vida, das narrativas, da relação de poder entre os atores sociais. O texto etnográfico (e outros, subetnográficos) ilumina determinados elementos da prática social e se constitui, ele próprio, objeto de interpretação voltada ao entendimento das práticas.

Assim, quanto ao primeiro questionamento deste trabalho — como métodos da pesquisa etnográfica se coadunam com os da Análise de Discurso Crítica na análise textualmente orientada de discursos institucionais da mídia estatal? —, respondemos que a articulação dos métodos passa pela comunhão da noção de práticas; pela perspectiva qualitativo-interpretativa de ambas as abordagens; pela investigação pormenorizada e crítica de práticas institucionalizadas, formalizadas, ritualizadas e naturalizadas; pela inquirição crítica das formações discursivas e gêneros textuais.

Em resposta ao segundo questionamento — sendo entidade, e não indivíduo ou grupo, de que modo o ator social “instituição” (entidade abstrata) figura na pesquisa transdisciplinar etnográfico-discursiva, em termos de representação e construção identitária? —, defendemos que, para o alcance das estratégias de construção identitária e representacional das instituições, é preciso inquirir os atores sociais que a compõem, especialmente em seu ambiente laboral, sendo estes os responsáveis diretos pela produção e distribuição dos discursos que a representam e identificam socialmente, embora constrangidos pelo contexto situacional, que impinge limitações à prática discursiva.

Por fim, ousamos propor, com base nestas reflexões metodológicas, um atributo particular a método etnográfico-discursivo que se estenda para a explanação, interpretação e descrição de outros textos, além daqueles produzidos pelo trabalho de campo — estes últimos, em conformidade com tradição que já se vem construindo na ADC, inclusive na América Latina e no Brasil (cf. MAGALHÃES, 2000; DIAS, 2007; RESENDE, 2008). Pode-se dizer que nestes o método etnográfico-discursivo se dá de forma intensiva, enquanto em estudos como o ora apresentado se emprega uma versão extensiva do método etnográfico. Denzin e Lincoln (2003, p. 73) nos dão algum suporte à ousadia:

Os métodos da etnografia tornaram-se extremamente refinados e diversos, e as razões para a prática de etnografia multiplicaram-se. (...) a nova etnografia abrange um tema vasto, limitado apenas pelas variedades de experiência na vida moderna: os pontos de vista que podem originar as observações etnográficas são tão numerosos quanto as escolhas de estilo de vida disponíveis na sociedade moderna.

## Referências

BHASKAR, R. *The Possibility of Naturalism*. A philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BLOMMAERT, J. *Grassroots literacy: writing, identity and voice in Central Africa*. Abingdon: Routledge, 2008..

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. En: Duarte, J. (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (3ª ed.). São Paulo: Atlas, 2012.

CAMERON, D. et al. *Researching Language: issues of power and method*. Londres: Routledge, 1992.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. 1999. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. *O planejamento na pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Trad. S.R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Coordenação da tradução, revisão e prefácio à edição brasileira: I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. *Analysing Discourse*. Textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Critical Discourse Analysis*. The critical study of language. 2. Ed. Harlow: Pearson, 2010.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. 2011. *Theorizing Practice and Practicing Theory*. Organization Science, v. 22, n. 5, pp. 1240-1253, set./out. 2011.

FERRAZ, J.A. *Multimodalidade e Formação Identitária: o Brasileiro em Materiais Didáticos de Português Língua Estrangeira (PLE)*. In: *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. VIEIRA, J.A. et al. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FLICK, U. *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications, 1998.

GALVÃO, R. Q. *Do logocentrismo à multimodalidade: uma análise crítica da comunicação política da Câmara dos Deputados do Brasil*. 2015. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Trad. F. Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GHERARDI, S. *How to conduct a practice-based study: problems and methods*. Cheltenham, Glos: Edward Elgar, 2012.

HEATH, S.B.; STREET, B.V. *On Ethnography: approaches to language and literacy research*. Nova York: Teachers College Press, 2008.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2ed. London: Routledge, 2006 [1996].

MAGALHÃES, I. *Eu e Tu*. A constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Theasaurus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teoria crítica do discurso e texto*. CALDAS-COULTHARD, C.R.; FIGUEIREDO, D. de C. (Org.). *Linguagem em (Dis)curso*. Palhoça, v. 4, Especial, pp. 113-31, 2004.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A.R.; RESENDE, V.M. 2017. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MATTOS, CLG. 2011. A abordagem etnográfica na investigação científica. En MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

SANT'ANNA, Francisco. *Visibilidade e espetacularização nos canais parlamentares*. Um olhar sobre as transmissões de CPIs no Brasil e na França. En: E-COM REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DO UNIBH, Vol. 2, N5 (2009). ISSN: 1983-0890 [Disponível na internet em: <http://revistas.unibh.br/ecom/viewarticle.php?id=101>. Consulta: 20 de julho de 2018].

SANJEK, R. (Org.). *Fieldnotes*. The makings of anthropology. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1990.